PREFEITURA DE ITÁ, SC
Endereço: Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100, Centro - Itá - Santa Catarina
Cep: 89.760-000
Telefone: (49) 3458-9500

PREFEITURA DE ITÁ, SC, 2020





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2020.

PREFEITURA DE ITÁ, SC
Endereço: Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100, Centro - Itá - Santa Catarina
Cep: 89.760-000
Telefone: (49) 3458-9500

Este documento é dos Itaenses

A Notas Explicativas não são só uma obrigação legal ou uma formalidade. É por meio deste documento que o Governo Municipal presta contas aos cidadãos itaenses.

APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Natureza Jurídica da Entidade;
1.2 Domicílio da Entidade;
1.3 Natureza das operações e principais atividades da entidade;
1.4 Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis.

2 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

2.1 Bases de mensuração utilizadas;
2.2 Novas normas e políticas contábeis alteradas;
2.3 Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.

3 INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM QUE CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS

4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

4.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos;
4.2 Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas
4.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro
4.4 Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro.

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO 2020

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

1. Previsão da receita versus arrecadação;
2. Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias;
3. Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários;
4. Detalhamento da execução das despesas;
5. Análise da execução da despesa;
6. Avaliação do estoque de restos a pagar processados e não processados.

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL
7. Caixa e equivalente de caixa;
8. Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo;
9. Investimentos RPPS;
10. Imobilizado;
11. Intangível;
12. Fornecedores;
13. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo;
14. Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo;
15. Demais elementos patrimoniais.

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
16. Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado;
17. Baixas de investimento;
18. Constituição ou reversão de provisões;
19. Demais variações, quando relevantes;

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO
20. Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas;
21. Retenções tributárias;
22. Restos a pagar processados e não processados.

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
23. Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais
24. Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento
25. Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de financiamento

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
26 Capital/Patrimônio Social;
27 Resultados Acumulados;
28 Ajustes dos exercícios anteriores;
29 Ajustes de avaliação patrimonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Em 2020 o Município de Itá completou 64 anos de emancipação.

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Prefeito(a): Jairo Luiz Sartoretto
Microrregião: Microrregião do Alto Uruguai Catarinense
Aniversário: 13/12
Habitantes: 6.129
Eleitores: 6.042
IDH: 0.771
PIB: 265.045.760,00

1.1 Natureza Jurídica da Entidade

O Município de Itá, SC, é pessoa jurídica de direito público, CNPJ 83.024.240/0001-53, com natureza jurídica 124-4 Município, na forma de Ente Federativo. O Município iniciou suas atividades em 13 de dezembro de 1956.

1.2 Domicílio da Entidade

Tem sua sede em prédio próprio do endereço Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, Centro,Itá, CEP. 89.760-000, Estado de Santa Catarina.

1.3 Natureza das operações e principais atividades da entidade

A atividade econômica principal é Administração Pública em Geral, CNAE 84.11-6-00.

Fazem parte da sua estrutura Organizacional as Secretarias:

- Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
- Secretaria Municipal deAgricultura e Meio Ambiente
- Secretaria Municipal de Assistência Social
- Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

- Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
- Secretaria Municipal de Transporte
- Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

1.4 Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

DECLARAÇÃO PLENA

Com base na análise dos Demonstrativos Contábeis, DECLARO que os mesmos REFLETEM ADEQUADAMENTE a situação ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA e PATRIMONIAL.

- Não há Restrições de ordem Contábeis do exercício de 2020, considerando o GRAU DE RELEVÂNCIA e a MATERIALIDADE dos valores envolvidos;
- As Notas Explicativas acompanham as Demonstrações Contábeis e foram elaboradas procurando atender a legislação vigente;
- Todos os registros foram elaborados com base em documentação de suporte ou na medida em que foram encaminhadas ao setor contábil e ou tomada o devido conhecimento por este.

2 - RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

2.1 Bases de mensuração utilizadas

ATIVOS

Ativo

Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado. O Disponível contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em moeda nacional.

Direitos, créditos e valores a longo prazo

Os direitos, os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito prefixadas são ajustados a valor presente. Os direitos, os títulos de crédito pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de produção, aquisição ou valor de mercado, entre esses o menor. O custo de estoques abrange todos os custos de compra, conversão e outros custos incorridos referentes ao deslocamento, como impostos não recuperáveis, custos de transporte e outros, referente ao processo de produção. Nos casos em que o estoque for distribuído gratuitamente, os estoques são valorados a custo. A Prefeitura de Itá, SC,não possui estoques de animais e de produtos agrícolas e extrativos.

Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados

obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. A Prefeitura de Itá, SC, possui ativo imobilizado com vida útil econômica limitada, e por isso se sujeita ao cálculo da depreciação.

Ativos obtidos a títulos gratuito devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

Por meio do Decreto nº 121/2012 de 14 de novembro de 2012, foi criada comissão permanente de servidores, responsáveis pela atualização do patrimônio, bens móveis e imóveis, denominada, comissão para realizar os procedimentos contábeis patrimonial da Prefeitura de Itá, SC.

Reconhecimento dos ativos

Em atendimento ao princípio da Oportunidade, as transações foram reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem e os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, foram efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência. Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser efetuados, considerando as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma. Para reconhecimento dos bens como ativos, ou baixa dos mesmos, foram consideradas necessárias às características de ser resultado de um evento passado, gerar benefício presente ou futuro, inerente a prestação de serviço público ou a exploração econômica, e, ser controlado.

Mensuração

Consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. Normalmente, o valor contábil abaixo do valor de mercado se deve a perda do poder aquisitivo da moeda desde a data da aquisição dos bens. Por sua vez, o valor contábil acima do valor de mercado, se deve ao não cálculo da depreciação, mantendo o ativo, sempre o valor original e não seu valor histórico. Em atendimento à orientação prevista nas normas, principalmente aos princípios do valor original e da continuidade, relativos ao assunto, A Prefeitura de Itá, SC, adotou, para fins de ajuste inicial, o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens que apresentavam valor contábil substancialmente superior ao seu valor justo, com base em pesquisa de mercado, considerando ainda a sua data de aquisição. A pesquisa de mercado encontra-se em poder do setor de patrimônio.

Depreciação

Vale destacar que a administração pública municipal não praticava até o exercício de 2015 procedimentos para preservar o valor original adequado dos ativos, fazendo com que estes permanecessem com valores históricos, não configurando uma base monetária inicial confiável para a aplicação dos procedimentos de depreciação.

Somente após mensuração do valor dos ativos, para fins de ajuste inicial, pelo critério do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens, a Prefeitura de Itá, SC, adotou o método de depreciação linear, com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e elaborada com base em pesquisa de mercado.

Redução do valor recuperável (impairment)

A Prefeitura de Itá, SC adota as tratativas das NBCASP, e manterá o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

Redução a valor recuperável é o ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil. É o reconhecimento de uma perda dos benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço de um ativo, adicional e acima do reconhecimento sistemático das perdas de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço que se efetua normalmente.

Intangível

A Prefeitura de Itá, SC, não possui bens intangíveis em seu patrimônio.

PASSIVOS

Passivo

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Obrigações

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As obrigações são ajustadas considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de reconhecimento para os passivos, no caso

dos processos judiciais. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. Férias são passivos derivados de apropriações por competência, decorrentes de serviços recebidos, mas que não tenham sido pagos. As informações relativas a férias e décimo terceiro salário, são recebidas do Departamento de Recursos Humanos.

Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais fazem parte do passivo e possuem eventos de contabilização definidos pelo TCE/SC. As despesas do exercício devem ser empenhadas em dotação própria, como conseqüência do tratamento orçamentário dado ao recurso, também deve ser reconhecida a obrigação da Prefeitura pelo levantamento do depósito antes do trânsito em julgado. O registro patrimonial deve ser feito no grupo de “Demais Obrigações a Longo Prazo”. A STN ainda não disciplinou, no âmbito dos seus grupos técnicos, o tratamento contábil a ser dado aos depósitos judiciais levantados antecipadamente.

Custos dos Empréstimos

Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que foram incorridos, independentemente de como esses empréstimos foram aplicados.

Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

A Prefeitura de Itá, adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa, pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro,conforme orientações do TCE/SC.

Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras estaduais em observância ao regime de competência definido pelas NBCASP.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Quando o valor do Passivo for maior que o valor do ativo, o resultado é denominado Passivo a Descoberto. Neste caso, a expressão Patrimônio Líquido deve ser substituída por Passivo a Descoberto.

Ajustes de exercícios anteriores

No grupo do patrimônio líquido, a conta Ajustes de Exercício Anteriores é utilizada apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.

Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

DEFINIÇÕES GERAIS

Registro da Receita Orçamentária

A política contábil da Prefeitura de Itá, SC, é o registro centralizado da receita orçamentária pelo princípio do caixa único. O regime contábil para o registro da receita é o regime de caixa.

Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

Renúncia de Receita

Os valores da renúncia de receita apurados pela área tributária são informados à contabilidade e reconhecidos como dedução da variação patrimonial aumentativa. Os valores só são reconhecidos pela contabilidade quando forem passíveis de ser mensurados com segurança.

2.2 Novas normas e políticas contábeis alteradas

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou em outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual. A regra é a primeira da área convergida às internacionalmente aceitas e vai nortear toda a contabilidade pública. Um dos principais pontos da norma é a definição da sociedade como usuária principal da informação contábil, o que facilitará a transparência e o controle social.A Prefeitura de Itá, SC, atende as exigências das NBCASPs vigentes, e busca

acompanhar as novidades das novas normas e políticas contábeis previstas. O objetivo da Municipalidade é evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível permitindo a sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização o adequado entendimento, atendendo as Normas e a legislação vigente.

2.3 Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis

Na preparação das demonstrações contábeis, a Prefeitura de Itá, SC, fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a) a mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação foi realizada com dados comparáveis no mercado ou valor de reposição. Os bens de infraestrutura vêm sendo reconhecidos conforme estão sendo realizados.

b) no ajuste para perdas prováveis dos valores inscritos em dívida ativa e créditos a receber, foi utilizada a média de recebimento dos últimos três anos em relação a inscrição, o que demonstrará o comportamento da dívida ativa.

c) na determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, está definida no Manual de controle físico e contábil do patrimônio da Prefeitura de Itá, SC. A tabela foi elaborada conforme vida útil estimada para cada classe de bens, de acordo com a realidade de uso e conservação dos bens da Prefeitura.

d) as provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificadas como passivo contingente ou como passivo exigível. A análise é realizada pelo setor jurídico da Prefeitura.

3 - INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM QUE CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS

ATIVOS

a) Caixa e equivalentes de caixa

CONTA	DESCRIÇÃO	2020	2019
1.1.1.1.1.19.xx	Banco conta movimento e vinculada	12.015.976,40	9.227.365,15
Total		**12.015.976,40**	**9.227.365,15**

O quadro anterior representa o montante de recursos financeiros (disponibilidades), da Entidade Prefeitura Municipal de Itá, em 31 de dezembro dos exercícios de 2019 e 2020. O saldo financeiro disponível em caixa, representou aumento de 30,22% no período.

Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira dos recursos é realizada em contas públicas da Unidade Gestora Prefeitura Municipal, sendo vedada a fragmentação em caixas especiais.

O registro contábil da movimentação financeira bancária mantém o controle por fonte de recursos, conforme tabela do Tribunal de Contas de Santa Catarina, TCE/SC, vigente em cada exercício. Tratam-se de recursos ordinários e vinculados. Os recursos ordinários são de livre aplicação nos gastos públicos, enquanto os recursos vinculados são aplicados na finalidade específica de cada programa, convênio, operação de crédito e outros.

Os recursos públicos são aplicados em instituições financeirasque apresentarem rentabilidade e segurança, respeitadas as cláusulas vigentes em contratos.

b) Direitos, créditos e valores a curto prazo

CONTA	DESCRIÇÃO	2020	2019
1.1.2.1.1.xx	Créditos tributários a receber	215.340,82	85.914,30
1.1.2.3.4.xx	Créditos de transferências a receber – Inter OFFS – Estado	595.726,56	418.307,10
1.1.3.5.1.xx	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.735,95	8,74
1.1.5.6.1.xx	Almoxarifado	208.259,35	153.457,22
1.1.9.xx	Variações patrimoniais pagas antecipadamente	40.623,69	13.147,21
Total		**1.061.686,37**	**670.834,57**

Os créditos tributários a receber registram valores relativos a tributos dos quais o fato gerador já ocorreu, e tem fundamento legal em lei municipal.

Os créditos de transferências a receber – Inter OFFS – Estado, tem origem convênio 005 PEE 2019 com a CELESC, no montante de R$ 595.726,56, em 31 de dezembro de 2020.

A Prefeitura controla e reconhece as despesas pagas antecipadamente com seguros e assinaturas, atendendo as exigências das NBCASP.

A Prefeitura mantém a dívida ativa registrada apenas em longo prazo:

c) Direitos, créditos e valores a longo prazo

CONTA	DESCRIÇÃO	2020	2019
1.2.1.1.1.04.xx	Dívida ativa Tributária	1.657.359,03	1.569.232,44
1.2.1.1.1.05.xx	Divida ativa não tributária	594.385,39	654.385,86
1.2.1.1.1.99.xx	Ajustes de perdas de créditos	-759.400,89	-759.400,89
Total		**1.492.343,53**	**1.464.217,41**

A dívida ativa tributária aumentou de 70,57% em 2019 para 73,60% em 2020, enquanto a dívida ativa não tributária diminuiu de 29,42%em 2019 para 26,40% em 2020, ambos do total da dívida ativa do Município. O total da dívida ativa aumentou 1,26% no mesmo período, representando R$ 28.126,12.

O cálculo da perda da dívida ativa foi realizado tomando por base, valores inscritos em dívida ativa nos exercício de 2016 a 2019, comparados aos valores recebidos nesse mesmo período, o que demonstra o comportamento da dívida ativa.

d) Estoques

CONTA	DESCRIÇÃO	2020	2019
1.1.5.6.1.xx	Almoxarifado	208.259,35	153.457,22
Total		**208.259,35**	**153.457,22**

O estoque almoxarifado refere-se a materiais de consumo, lubrificantes e pneus

e)Investimentos

Conta	Descrição	2020	2020
1.2.2.1.2.01.01	Participação em Sociedades Controladas	1.023.839,00	1.023.839,00
Total		**1.023.839,00**	**1.023.839,00**

Os investimentos referem-se a participação do município em 99,50% do capital Social de constituição da Empresa Ita Hidromineral S/A, inscrita no CNPJ 04.583.832/0001-39, detentora dos direitos de lavra conforme portaria 76/2004, processo perante o DNPM n.º 815.341/1999.

f) Imobilizado

Somente após mensuração do valor dos ativos, para fins de ajuste inicial, pelo critério do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens. A Prefeitura, adotou o método de depreciação linear, com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e elaborada com base em pesquisa de mercado. Segue tabela de depreciação da Prefeitura, SC, válida a partir do exercício de 2015:

MÁSCARA	DESCRIÇÃO DA CONTA	VIDA ÚTIL ECON.	VLR RESIDUAL
1.2.3.1.1.01.00	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	10	10
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	10
1.2.3.1.1.01.03	APAR., EQUIP. UTENS. MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES.	10	10
1.2.3.1.1.01.04	APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSÕES	10	10
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	10
1.2.3.1.1.01.06	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	10	10
1.2.3.1.1.01.07	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10
1.2.3.1.1.01.08	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	10	10
1.2.3.1.1.01.09	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA.	10	10
1.2.3.1.1.01.10	EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10	10
1.2.3.1.1.01.12	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS.	10	10
1.2.3.1.1.01.16	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	10	10
1.2.3.1.1.01.18	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL	10	10
1.2.3.1.1.01.19	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS AGROPECUÁRIOS.	10	10
1.2.3.1.1.01.20	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS RODOVIÁRIOS.	15	10
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10
1.2.3.1.1.01.99	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS.	10	10
1.2.3.1.1.02.00	BENS DE INFORMÁTICA		
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	10	10
1.2.3.1.1.02.02	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10	10
1.2.3.1.1.02.03	SISTEMAS APLICATIVOS - SOFTWARES	10	10
1.2.3.1.1.03.00	MÓVEIS E UTENSÍLIOS		

1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10
1.2.3.1.1.03.02	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10	10
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10
1.2.3.1.1.03.04	UTENSÍLIOS EM GERAL	10	10
1.2.3.1.1.04.00	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		
1.2.3.1.1.04.01	BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	10	10
1.2.3.1.1.04.02	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10	10
1.2.3.1.1.04.03	DISCOTECAS E FILMOTECAS	10	10
1.2.3.1.1.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	10	10
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10	10
1.2.3.1.1.04.06	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	0	100
1.2.3.1.1.04.99	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	10	10
1.2.3.1.1.05.00	VEÍCULOS		
1.2.3.1.1.05.01	VEÍCULOS EM GERAL	15	20
1.2.3.1.1.08.00	BENS MÓVEIS EM ALMOXARIFADO		
1.2.3.1.1.08.05	BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS	10	10
1.2.3.2.0.00.00	BENS IMÓVEIS		
1.2.3.2.1.00.00	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO		
1.2.3.2.1.01.00	BENS DE USO ESPECIAL		
1.2.3.2.1.01.03	EDIFÍCIOS	35	30

g) Valor econômico do patrimônio

Apresenta-se o valor econômico do patrimônio da Prefeitura, atualizado por classe de bens, em 31 de dezembro de 2020:

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO EM	
		31/12/2020	31/12/2019
123110101	Aparelhos de medição e orientação	282,39	282,39
123110102	Aparelhos e equipamentos de comunicação	64.732,67	60.013,67
123110103	Aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológicos	12.381,65	11.081,65
123110104	Aparelhos e equipamentos para esporte e diversão	247.278,55	230.121,05
123110105	Equipamentos de proteção, segurança e socorro	136.816,76	32.833,66
123110106	Máquinas e equipamentos industriais	46.611,20	46.611,20
123110107	Máquinas e equipamentos energéticos	369,00	369,00
123110109	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	20.027,12	18.299,42
123110118	Equipamentos de proteção e vigilância ambiental	5.176,00	5.176,00
123110119	Máquinas, equipamentos e utensílios agropecuários	4.863.644,58	4.711.725,58
123110120	Máquinas, equipamentos e utensílios rodoviários	1.697.056,00	991.686,00
123110121	Equipamentos hidraúlicos e elétricos	18.718,35	12.810,00

123110199	Outras máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	1.363.758,31	1.329.073,07
123110201	Equipamentos de processamentos de dados	226.509,10	191.087,10
123110301	Aparelhos e utensílios domésticos	133.471,66	100.551,67
123110302	Máquinas e utensílios de escritório	392.898,66	387.816,39
123110303	Mobiliário em geral	946.299,20	893.131,60
123110402	Coleções e materiais bibliográficos	14.322,40	14.322,40
123110404	Instrumentos musicais e artisticos	16.690,82	16.690,82
123110405	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	500.142,01	195.254,01
123110501	Veículos em geral	1.847.613,66	1.736.983,36
123110503	Veículos de tração mecânica	110.245,30	110.245,30
123119999	Outros bens móveis	107.830,92	99.895,92
123210103	Edificios	15.932.783,39	15.391.339,68
123210104	Terrenos/glebas	32.483.336,13	31.671.806,87
123210111	Imóveis de uso recreativo	4.482.439,77	4.482.439,77
123210198	Outros bens moveis de uso especial	49.308,13	49.308,13
12332013	Bens dominicais – terrenos	0,00	54.000,00
123210501	Ruas	4.723.383,89	4.374.265,71
123210502	Praças	746.504,34	742.504,34
123210503	Estradas	1.259.712,75	1.119.380,02
123210504	Pontes	63.292,10	55.222,10
123210506	Sistema de esgoto e/ou de abastecimento de água	996.825,64	640.948,52
123210507	Sistema de abastecimento de energia	387.784,18	219.770,85
123210509	Bens de patrimônio cultural	187.425,17	187.425,17
123210599	Outros bens de uso comum do povo	1.274.322,57	1.039.612,09
123210601	Obras em andamento	4.036.357,08	1.777.102,35
123810101	(-) Depreciação acumulada maq. Aparelhos e equip.	-3.814.174,10	-3.051.646,91
123810102	(-) Depreciação acumulada bens de informática	-103.251,19	-82.379,57
123810103	(-) Depreciação acumulada de móveis e utensílios	-688.542,68	-561.392,81
123810104	(-) Depreciação acumulada de materiais cult. Educac.	-68.672,07	-50.452,06
123810105	(-) Depreciação acumulada de veículos.	-525.642,90	-454.288,91
123810199	(-) Depreciação acumulada de demais bens móveis	-59.311,76	-48.405,70
1238102xx	(-) Depreciação acumulada de demais bens imóveis	-1.811.510,02	-1.396.543,07
Total		**72.325.246,73**	**67.356.077,83**

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

O valor do patrimônio imobilizado líquido, já descontado a depreciação acumulada até 31/12/2020, apresentou aumento montante de R$ 4.969.168,90, o que representa 7,38%. O reflexo disso em 2020, no montante de R$ 6.395.164,59 em patrimônio imobilizado, decorrente de investimentos, incorporações, doações e transferências entre entidade, e R$ 1.425.995,69 da depreciação do período.

h) Intangível

A Prefeitura não possui bens intangíveis em seu patrimônio.

PASSIVOS

a) Obrigações

Saldo das obrigações:

Passivo Circulante		2020	2019
2.1.1.1.1.01.03	Férias	937.007,15	736.283,86
2.1.1.4.3.01	Encargos Sociais a pagar – Inter OFSS União	319.884,88	274.455,19
2.1.2.1.4.02.01	Contratos de empréstimos internos	304.506,31	175.546,92
2.1.3.1.1.01.01	Fornecedores não financiados a pagar	77.825,37	504.405,41
2.1.4.1.xx	Obrigações fiscais a curto prazo com a união	46.320,52	0,00
2.1.8.8.xx	Valores restituíveis	0,00	20.427,89
2.1.8.9.1	Outras Obrigações a curto prazo	40.200,00	0,00
Total		**1.725.744,23**	**1.711.119,27**

O passivo de férias e encargos, é reconhecido por competência, e tem atributo permanente.

O passivo circulante da Prefeitura, sofreu um aumento de R$ 14.624,96, o que equivale a 0,85%, saldo do exercício, de 2019 para 2020, o que deve-se principalmente a provisão de férias e encargos sociais no período.

O passivo não circulante, demonstrou um aumento de 59,08% no endividamento a longo prazo, da entidade:

Passivo Não Circulante		2020	2019
2.2.1.4.3.	Encargos Sociais a pagar – Inter OFSS União	962.761,39	1.063.492,80
2.2.2.1.4	Empréstimos a longo prazo – Interno	1.377.655,01	351.093,74
2.2.7.4.1	Provisão para Indenizações Cíveis	290.000,00	238.892,00
Total		**2.630.416,40**	**1.653.478,54**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

a) Variações Patrimoniais Diminutivas

CONTA	DESCRIÇÃO	2020		2019	
		Valor	%	Valor	%
3.1.1	Remuneração a pessoal	13.600.966,08	28,90	13.309.876,90	27,27
3.1.2	Encargos patronais	2.728.216,03	5,80	2.345.114,76	4,81
3.1.9	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e encargos	429.451,71	0,91	79.224,36	0,16
3.2.1	Aposentadoria e Reformas	250.597,37	0,53	230.547,92	0,47
3.2.2	Pensões	173.400,43	0,37	157.618,71	0,32
3.2.4	Benefícios Eventuais	0,00	0,00	247.618,30	0,51
3.2.9	Outros benefícios previdenciários e assistenciais	348.434,02	0,74	176.628,58	0,36
3.3.1	Uso de material de consumo	3.161.795,08	6,72	3.669.587,34	7,52
3.3.2	Serviços	6.945.551,70	14,76	8.489.101,58	17,40
3.3.3	Depreciação	1.425.995,69	3,03	1.340.619,06	2,75
3.4.1	Juros e Encargos de empréstimos e financiamentos	126.143,09	0,27	131.242,51	0,27
3.4.4	Descontos financeiros concedidos	0,00	0,00	79,78	0,00
3.4.9	Outras Variações patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	0,00	17.412,50	0,04
3.5.1	Transferências intragovernamentais	9.690.985,96	20,59	9.775.825,42	20,03
3.5.2	Transferências inter governamentais	6.545.193,20	13,91	6.723.346,35	13,78
3.5.3	Transferências a instituições privadas	649.174,68	1,38	877.483,44	1,80
3.5.5	Transferências a consórcios públicos	184.011,60	0,39	29.892,00	0,06
3.5.9	Outras Transferências Concedidas	38.011,76	0,08	0,00	0,00
3.6.1	Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste	58.560,74	0,12	0,00	0,00
3.6.5	Desincorporação de ativos	74.305,93	0,16	119.457,62	0,24
3.7.2	Contribuições	463.982,25	0,99	460.475,90	0,94
3.9.1	Premiações	40.973,05	0,09	35.116,40	0,07
3.9.4	Incentivos	73.959,37	0,16	250.236,44	0,51
3.9.7	VPD de constituição de provisões	51.108,00	0,11	0,00	0,00
3.9.9	Outras variações patrimoniais diminutivas	7.863,31	0,02	332.764,37	0,68
Total		**47.068.681,05**	**100,00**	**48.799.270,24**	**100,00**

O gasto com pessoal referente encargos patronais e remuneração de pessoal, representou 32,09% e 34,69%, do total das variações patrimoniais diminutivas, em 2019 e 2020, respectivamente.

Os serviços por sua vez representam 17,40% e 14,76% do total das variações diminutivas, no mesmo período.

O total das variações patrimoniais diminutivas reduziram em 3,55% em 2020 comparado a 2019, o que demonstra diminuição do esforço da Entidade na prestação de serviços à população, bem como aquisição de produtos e execução de programas, buscando atender o objetivo da administração pública em melhorar a qualidade de vida das pessoas e garantir os serviços essenciais. Outro ponto necessário a ser avaliado é a incerteza no cenário econômico durante o exercício de 2020, principalmente em decorrência da Pandemia do Coronavírus.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

a) Variações Patrimoniais Aumentativas

CONTA	DESCRIÇÃO	2020		2019	
		Valor	%	Valor	%
4.1.1	Impostos	3.663.783,84	6,75	3.316.563,76	6,23
4.1.2	Taxas	588.306,95	1,08	597.741,48	1,12
4.1.3	Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	1.606,44	0,00
4.2.2	Contribuições de intervenção no domínio econômico	0,00	0,00	24,41	0,00
4.2.3	Contribuição de Iluminação Pública	352.397,79	0,65	308.526,25	0,58
4.3.3	Exploração de bens e direitos e prestação	41.514,44	0,08	162.309,37	0,30
4.4.2	Juros e encargos de mora	18.804,23	0,03	149.576,46	0,28
4.4.5	Remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras	123.422,71	0,23	333.167,19	0,63
4.5.1	Transferências intragovernamentais	1.658.128,19	3,06	677.530,49	1,27
4.5.2	Transferências inter governamentais	43.388.634,82	79,97	42.771.223,29	80,32
4.5.3	Transferências de Instituições Privadas	674.521,65	1,24	956.056,16	1,80
4.5.8	Transferências de pessoas físicas	32.247,26	0,06	34.662,18	0,07
4.6.3	Outros ganhos com incorporações de ativos	765.062,63	1,41	181.140,00	0,34
4.9.7	Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	0,00	0,00	242.279,95	0,46
4.9.9	Diversas variações patrimoniais aumentativas	2.947.051,79	5,43	3.515.743,86	6,60
Total		**54.253.876,30**	**100,00**	**53.248.151,29**	**100,00**

Nota-se que as transferências inter governamentais representam o maior valor entre as VPAs, representando 80,32% em 2019 e 79,97% em 2020, o que torna a entidade refém do Governo Estadual e Federal.

Os impostos e taxas também apresentaram aumento de 7,35% em 2019 para 7,84% em 2020, resultado do empenho na fiscalização e cobrança dos tributos municipais.

4 -OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

4.1 - Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

A Prefeitura não possui passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos.

4.2 - Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

4.3 - Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

4.4 - Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro

Não foram realizados em 2020 ajustes decorrentes de omissões e erros de registro.Não houveram ajustes de exercícios anteriores na Entidade Prefeitura, no ano de 2020.

Nas páginas a seguir você é convidado a acompanhar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial por meio da análise dos Demonstrativos Contábeis do exercício de 2020 e das Notas Explicativas relacionadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO 2020

Notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP. São consideradas parte integrante das demonstrações.

Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas.

Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis consolidadas deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos no sistema informatizado da Prefeitura incluem os dados do Poder Executivo.

São compostas pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial, e também pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª edição, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.Desde a adoção do novo PCASP, em 2015, foi realizado grande esforço da equipe técnica, para implantação de controles e procedimentos contábeis, entre eles, estão: o reconhecimento pelo regime de competência dos créditos tributários a receber; a reavaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis); registro contábil da depreciação; apropriação de despesas pagas antecipadamente; o cálculo da perda da dívida ativa; e o controle de estoque.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Nas Notas Explicativas estão incluídos os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas

patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Sempre que possível, as informações apresentadas nesta prestação de contas são descritas em linguagem clara e acessível, de maneira que todos possam compreender como foram utilizados os recursos públicos no período. O objetivo principal dessa ação não é o de somente cumprir uma obrigação legal, mas o de oportunizar e ampliar os canais de comunicação entre a população e o Governo Municipal, transformando dados complexos em informações compreensíveis. Desse modo, queremos dinamizar o controle social para propiciar que a sociedade esteja mais ciente das ações do Governo Municipal.

A missão cabe ao Setor de Contabilidade da Prefeitura, responsável por organizar e consolidar os dados contábeis, oriundos do sistema informatizado de contabilidade e dos atos de gestão do Governo Municipal.

A contabilidade atua como o interlocutor entre o poder público e a sociedade. Assim, transforma os dados em informações úteis tanto para a tomada de decisões dos gestores públicos como para os cidadãos, de tal maneira que estes possam acompanhar a arrecadação e as despesas do Governo.

Esse papel se revela fundamental para a promoção da cidadania plena. Acreditamos que ela só será atingida quando gestores e administrados tiverem posições simétricas relativas às informações advindas do setor público. Em outras palavras, quando um número deixar de ser somente um número e fornecer uma perspectiva de análise e julgamento da ação governamental.

Seguindo o propósito de aperfeiçoamento contínuo e de maior transparência e qualidade na prestação de contas do Governo Municipal, o Setor de Contabilidade não tem medido esforços a fim de aderir às boas práticas de transparência contábil, atendendo os preceitos da Lei Federal Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, disponibilizando informações na página do sitio oficial da Prefeitura.

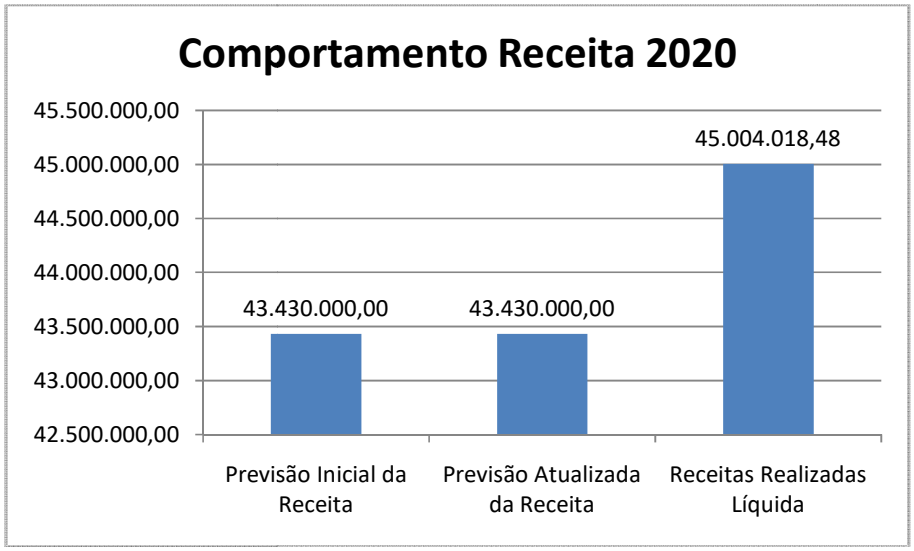
NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. A execução do orçamento da Entidade Prefeitura de Itá em 2020,apresentou os seguintes resultados:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	2020
RECEITAS	**Valor**
Previsão Inicial da Receita	43.430.000,00
Previsão Atualizada da Receita	43.430.000,00
Receitas Realizadas Líquida	45.004.018,48
Déficit Orçamentário	**0,00**
DESPESAS	**Valor**
Dotação Inicial	32.869.234,49
Créditos Adicionais	12.422.333,38
Dotação Atualizada	45.291.567,87
Despesas Empenhadas	34.115.999,87
Despesas Liquidadas	32.280.649,33
Despesa Paga	32.161.983,64
Superávit Orçamentário	**10.888.018,61**

O resultado orçamentário de 2020 da Entidade Prefeitura foi superavitário em R$ 10.888.018,61, quando comparado a receita arrecadada com a despesa empenhada, o que demonstra resultado positivo para o equilíbrio das contas públicas.

Os gráficos a seguir demonstram a situação de receita prevista em relação a realizada.



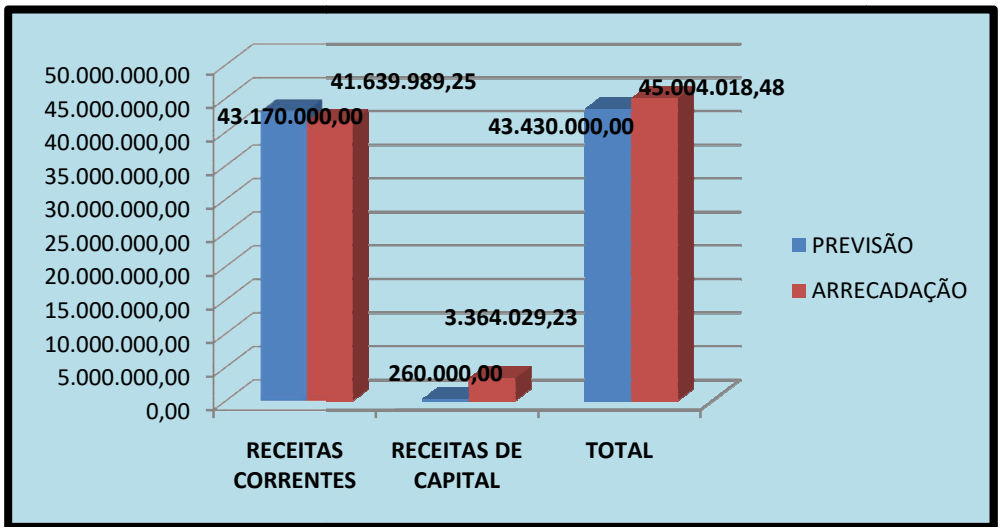
1 - Previsão da receita versus arrecadação

RECEITA	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	**43.170.000,00**	**41.639.989,25**	**-1.530.010,75**
Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	3.952.500,00	4.086.662,13	134.162,13
Contribuições	250.000,00	334.923,85	84.923,85
Patrimonial	370.000,00	152.477,23	-217.522,77
Agropecuária	0,00	941,08	941,08
Serviços	80.000,00	28.218,88	-51.781,12
Transferências correntes	38.439.820,22	36.888.182,60	-1.551.637,62
Outras receitas correntes	77.679,78	148.583,48	70.903,70
RECEITAS DE CAPITAL	**260.000,00**	**3.364.029,23**	**3.104.029,23**
Operação de crédito	0,00	1.356.106,14	1.356.106,14
Alienação de bens	250.000,00	233.276,00	-16.724,00
Amortização de empréstimos	10.000,00	251,02	-9.748,98
Transferência de capital	0,00	1.774.396,07	1.774.396,07
TOTAL	**43.430.000,00**	**45.004.018,48**	**1.574.018,48**

Em análise ao Balanço Orçamentário, pode-se observar que as receitas correntes apresentaram insuficiência de arrecadação no montante de R$ 1.530.010,75, sendo que as transferências correntes foram as que mais influenciaram na insuficiência com o valor de R$ 1.551.637,62.

As receitas de capital apresentaram excesso de arrecadação no valor de R$ 3.104.029,23, resultante da receita e operação de credito e de transferência de capital.

Em resumo, o resultado da receita prevista com a arrecadada de 2020 foi de excesso de arrecadação no montante de R$ 1.574.018,48



2 - Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias

Não houveram receitas e despesas intraorçamentária, apenas transferências intraorçamentárias:

Entidade concedente	Entidade recebedora	Valor - R$
Prefeitura	Fundo Municipal de Saúde	7.585.127,09
Prefeitura	Câmara	2.105.020,51
Câmara	Prefeitura	1.615.186,37

3 - Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários

Foram utilizados R$ 6.362.244,97 em recursos de superávit financeiro para abertura de créditos adicionais suplementares no exercício de 2020.

No entanto, houve o cancelamento por ato do executivo, de abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como fonte de recursos o superávit financeiro apurado no exercício anterior, no valor de R$ 410.000,00, resultando assim na utilização liquida de R$ 5.952.244,97

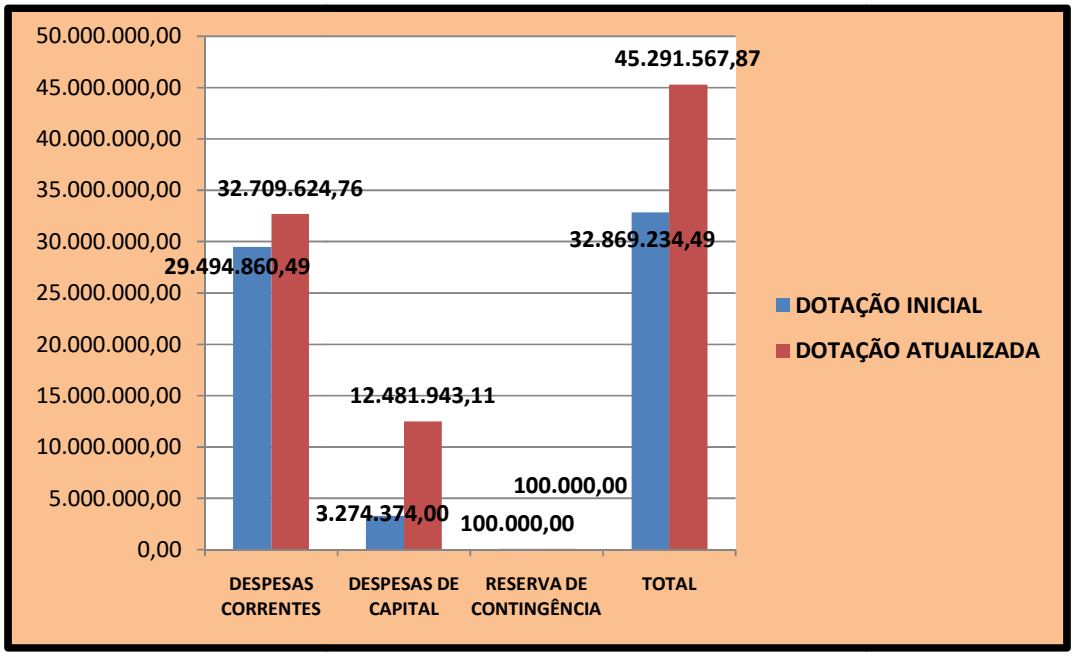
Não foram reabertos créditos adicionais no exercício.

4 - Detalhamento da execução das despesas – análise da dotação inicial versus dotação atualizada

5

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA
DESPESAS CORRENTES	**29.494.860,49**	**32.709.624,76**
Pessoal e encargos sociais	15.791.594,59	16.988.829,05
Juros e Encargos da Dívida	200.000,00	110.000,00
Outras despesas correntes	13.503.265,90	15.610.795,71
DESPESAS DE CAPITAL	**3.274.374,00**	**12.481.943,11**
Investimento	2.619.374,00	11.949.943,11
Inversões Financeiras	55.000,00	97.000,00
Amortização da Dívida	600.000,00	435.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**100.000,00**	**100.000,00**
TOTAL	**32.869.234,49**	**45.291.567,87**

Durante o exercício de 2020, a Prefeitura de Itá, SC, criou e abriu créditos adicionais suplementares, buscando realizar as alterações orçamentárias necessárias para atender a demanda dos serviços e obras públicas, ainda de acordo com o ingresso de recursos financeiros.



Todos os atos, Decretos ou Leis, atenderam as exigências da Lei Federal nº 4.320/1964, conforme artigo 42 da Lei Federal 4.320/1964, “Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo”.

A Lei Orçamentária 2020, que contempla também a entidade Prefeitura de Itá, SC, previu autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, conforme art. 7º da Lei Federal 4.320/1964, “Art. 7° A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para:I - Abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas as disposições do artigo 43; (...)”.

Lei Municipal 2612, de 20 de dezembro de 2019, Lei Orçamentária 2020, do Município:

> Art. 4º O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal n.º 4.320/64, a:I - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) da Receita Estimada, para o orçamento consolidado, utilizando como fonte recursos previstos nos incisos I e II do § 1º do Artigo 43 de Lei Federal N.º 4.320/64.II – Abrir crédito adicional suplementar à conta do produto de operações de crédito até o limite dos valores autorizados em lei.

Durante o exercício de 2020, a abertura de créditos adicionais no valor total de R$ 17.191.286,56, pode assim ser apresentada:

Por tipo de Credito Adicional:

- ⇨ Suplementar: R$ 17.174.492,52
- ⇨ Especial: R$ 16.794,04

Pela origem do recurso do Credito Adicional:

- ⇨ Superávit Financeiro: R$ 6.362.244,97
- ⇨ Cancelamento Dotação Superávit Financeiro R$ (410.000,00)
- ⇨ Excesso de Arrecadação: R$ 2.715.690,35
- ⇨ Operação de Credito: R$ 3.754.398,06
- ⇨ Adicionar anulação de Dotação: R$ 4.358.953,18
- ⇨ Subtrair anulação de dotação: R$ (4.358.953,18)

Do total de abertura de créditos adicionais, subtraindo-se as anulações no valor de R$ 4.768.953,18, resulta o valor de R$ 12.422.333,38, que efetivamente representa o valor da alteração do orçamento no exercício de 2.020

5 – Análise da execução da despesa

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA
DESPESAS CORRENTES	**32.709.624,76**	**27.065.853,95**	**26.904.752,82**	**26.797.963,72**
Pessoal e encargos sociais	16.988.829,05	15.361.129,91	15.361.129,91	15.361.129,91
Juros e Encargos da Dívida	110.000,00	82.076,11	82.076,11	82.076,11
Outras despesas correntes	15.610.795,71	11.622.647,93	11.461.546,80	11.354.757,70
DESPESAS DE CAPITAL	**12.481.943,11**	**7.050.145,92**	**5.375.896,51**	**5.364.019,92**
Investimento	11.949.943,11	6.655.269,67	4.981.020,26	4.969.143,67
Inversões Financeiras	97.000,00	52.000,00	52.000,00	52.000,00
Amortização da Dívida	435.000,00	342.876,25	342.876,25	342.876,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**100.000,00**	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**45.291.567,87**	**34.115.999,87**	**32.280.649,33**	**32.161.983,64**

As despesas relativas a Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, e Amortização da Dívida, foram empenhadas, liquidadas e pagas no mesmo montante em cada categoria econômica, com saldo da despesa atualizada fixada suficiente, demonstrando ainda economia orçamentária.

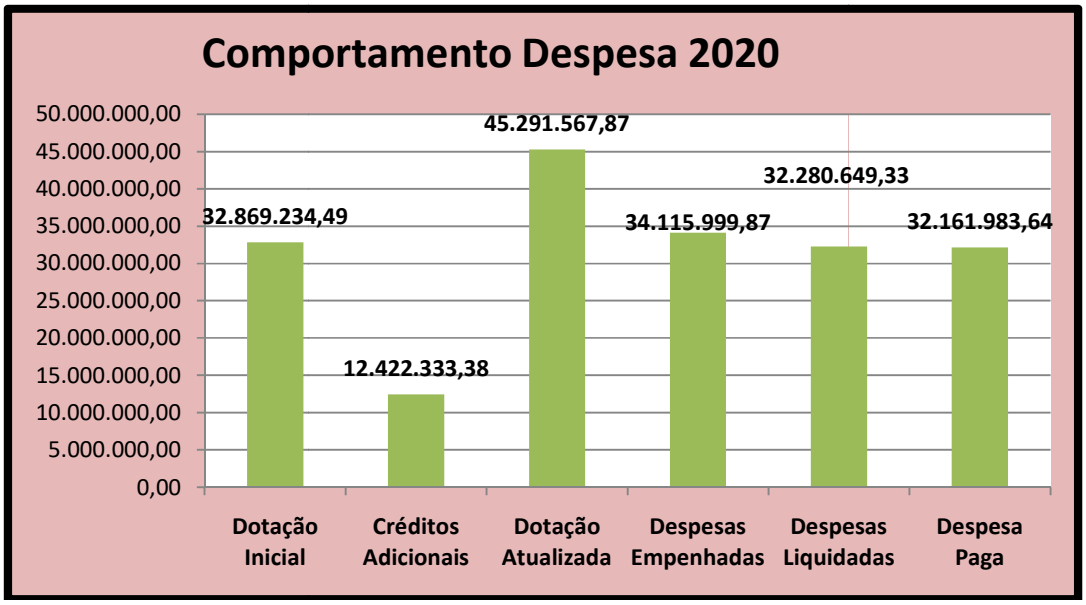
As despesas com Outras Despesas Correntes, durante a execução, respeitando os estágios da despesa definidos pela Lei Federal 4.320/194, ficaram com saldo a liquidar e saldo a pagar, tendo em vista o não recebimento/conferência dos serviços e produtos, e/ou a ordem cronológica de pagamento das referidas despesas.

As despesas com investimento também carregam saldo de despesas a liquidar e a pagar, tendo em vista os cronogramas físico/financeiro das obras em andamento.

Tanto as despesas com “Outras despesas correntes”,quanto“investimentos”, tiveram saldo orçamentário atualizado suficiente para cobertura das despesas do exercício.

A dotação orçamentária relativa a Reserva de Contingência não foi executadas durante o exercício de 2020.

O gráfico a seguir mostra o comportamento da despesa no exercício de 2.020



6 - Avaliação do estoque de restos a pagar processados e não processados

O exercício de 2020 iniciou com um montante de R$ 1.547.231,63 em restos a pagar não processados, tendo sido pagos o montante de R$ 1.451.901,89 e cancelados o montante de R$ 95.329,74.

Os Restos a Pagar Processados iniciaram o exercício com saldo de R$ 504.405,41, sendo pago o valor de R$ 504.405,37 no exercício de 2020 e canelados R$ 0,04.

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

As informações de suporte as Notas Explicativas estão detalhadas em itens anteriores deste relatório.

7 - Caixa e equivalente de caixa

Aplicações Financeiras

As disponibilidades financeiras da Prefeitura estão aplicadas em bancos oficiais. O registro contábil das aplicações financeiras ocorre em forma de receita de Remuneração de Depósitos Bancários na classificação econômica 4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00.

Fontes de Recurso.

As contas contábeis bancárias possuem natureza devedora, e na sua composição contas corrente do tipo fonte de recurso, de acordo com a codificação definida pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, classificando como recursos do exercício, superávit do exercício anterior e ainda a vinculação específica de cada origem dos recursos, como um determinado programa do FNDE, bem como FUNDEB, recursos ordinários entre outros. Essa classificação facilita o controle dos recursos de acordo com sua origem.

Forma de arrecadação

A Prefeitura não recebe ou arrecada recursos financeiros na Unidade Administrativa, apenas via instituições bancárias.

8 - Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo

Créditos Tributários a Receber

O Município, no exercício de sua soberania, tem o poder de exigir tributos de seus cidadãos. É o chamado doutrinamento de poder de instituir e cobrar tributos. A Prefeitura atendendo as exigências das Normas Brasileiras de Contabilidade, reconhece por competência os créditos tributários a receber, instituídos pelo Código Tributário Municipal, com fato gerador já ocorrido. Os créditos tributários a receber, em 31 de dezembro de 2020, somaram R$ 215.340,820.

Créditos de Empréstimos a Receber

Durante o exercício de 2020, a Prefeitura não arrecadou o saldo a receber referente empréstimos concedidos, com saldo zero em 31 de dezembro de 2020.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

A Prefeitura possui um crédito a receber de R$ 1.735.95 referente crédito a receber por pagamento antecipados de consignações.

Dívida ativa – Ativo Realizável a Longo Prazo

O estoque de dívida ativa da Prefeitura está contabilizado em longo prazo, e divide-se em tributária e não tributária. O total da dívida ativa aumentou 1,26% de 2019 para 2020, representando R$ 28.126,12.

Os créditos são controlados pelo setor de tributos da Prefeitura, e baseados legalmente no Código Tributário Municipal.

Perda da Dívida ativa

A Prefeitura registra a perda da dívida ativa atendendo as exigências do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8º edição:

> Os créditos inscritos em dívida ativa, embora gozem de prerrogativas jurídicas para sua cobrança, apresentam significativa probabilidade de não realização em função de cancelamentos, prescrições, ações judiciais, entre outros. Assim, as perdas esperadas referentes à dívida ativa devem ser registradas por meio de uma conta redutora do ativo. A responsabilidade pelo cálculo e registro contábil do ajuste para perdas é do órgão ou entidade competente para a gestão da dívida ativa.

O cálculo da perda da dívida ativa foi realizado tomando por base, valores inscritos em dívida ativa nos exercícios de 2016 a 2018, comparados aos valores recebidos nesse mesmo período, o que demonstra o comportamento da dívida ativa, e soma R$ 759.400,89 em 31 de dezembro de 2020, mantido o mesmo critério do ano anterior.

9 - Investimentos RPPS

A Prefeitura não possui investimos RPPS.

10 - Imobilizado

O patrimônio imobilizado da Prefeitura somou R$ 72.325.246,73, já reduzido sua depreciação.

Os bens móveis representam R$ 12.772.876,31 e os imóveis R$ 66.623.475,14. O valor dos bens de uso comum do povo é de R$ 9.639.250,64 e estão somados junto aos imóveis. O reconhecimento dos bens de uso comum é realizado de forma gradativa, pela sua construção, sendo exemplos ruas, praças, estradas, pontes, sistema de esgoto e/ou abastecimento de água, iluminação pública, e ainda, outros bens de uso comum.

A depreciação traz o saldo acumulado de R$ 7.071.104,72.

Durante o exercício de 2020 foram realizadas alienação de bens no valor de R$ 233.276,00

A Prefeitura possui R$ 4.036.357,08 em obras em andamento.

A Entidade Prefeitura mantém já a alguns exercícios o controle e é normatizado a vida útil, valor residual, percentual de depreciação dos bens. O controle é realizado pelo servidor responsável e dirigido pela comissão do patrimônio.

As contas patrimoniais mantêm coerência com as contas contábeis conforme plano de contas definido pelo TCE/SC.

11 - Intangível

A Prefeitura não possui intangíveis em 31 de dezembro de 2020.

12 - Fornecedores

Na conta “fornecedores” são registrados por meio de controle pelo mecanismo de contas correntes, todos os fornecedores e aquisições e contratações realizadas. A conta “fornecedores” é uma conta contábil do passivo e registra as obrigações da Prefeitura para com esses. Algumas obrigações que não passaram por todos os estágios da despesa são transferidas/inscritas em restos a pagar e/ou fornecedores de exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta fornecedores foi de R$ 77.825,37.

13 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo, da Entidade Prefeitura, somou R$ 1.256.892,03 no final do exercício de 2020. Destes, R$ 937.007,15 são férias reconhecidas por competência e R$ 197.539,98 encargos sociais. O reconhecimento de despesas por competência, é exigência das NBCASP, e necessária para a correta demonstração do patrimônio da Prefeitura. As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo referente parcelamento de dívida junto ao INSS representou R$ 122.344,90.

O parcelamento de dívida junto ao INSS no longo prazo somou R$ 962.761,39.

14 - Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo

A Prefeitura não possui provisões a Curto Prazo em 31 de dezembro de 2020.

A provisões a Longo Prazo somam R$ 290.000,00 e tratam-se de demandas judiciais onde há incerteza de prazo e valores, mas cujo fato gerador, segundo entendimento e relatório do setor jurídico da Prefeitura, já ocorreu.

15 - Demais elementos patrimoniais, quando relevantes.

Estoques

O saldo de estoque ao final do exercício de 2020 soma R$ 208.259,35, referente material de consumo com lubrificantes e pneus.

Investimentos

O Município possui R$ 1.023.839,00 registrado como investimento permanente, relativo a participação do município em 99,50% do capital Social de constituição da Empresa Ita Hidromineral S/A, inscrita no CNPJ 04.583.832/0001-39, detentora dos direitos de lavra conforme portaria 76/2004, processo perante o DNPM n.º 815.341/1999.

Empréstimos e Financiamentos a curto prazo e a longo prazo

A Prefeitura possui empréstimos junto a Agência de Fomento BADESC, representando R$ 241.235,28 a curto prazo e R$ 241.235,31 a longo prazo.

O contrato de empréstimo número 2018014201 com recursos originários do Programa Operacional BADESC CIDADES, cujos valores se destinam a aquisição de máquinas e equipamentos e sistema de captação, adução e distribuição de água e será quitado até 31/12/2022.

O município possui contrato de financiamento n. 2623.0527.160-08 com a Caixa Econômica Federal destinado ao Apoio Financeiro para o Financiamento de despesas de Capital, conforme plano de investimento - com recursos do FINISA: Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento, no valor autorizado de 2.000.000,00, sendo que ao final do exercício de 2.020 o saldo Devedor era de R$ 8.374,03 no curto prazo e R$ 120.825,57 no longo prazo, com um total de 108 parcelas vincendas.

Também com a Caixa Econômica Federal, o município possui contrato Empréstimo Financeiro n. 2623.502.806-76, destinado a execução de Obras/Serviços no município de Itá/SC, no âmbito do Pró-Transporte - Avançar Cidades, no valor contratado de R$ 1.754.398,06, sendo que ao final do exercício de 2.020 o saldo Devedor era de R$ 54.897,00 no curto prazo e R$ 1.015.594,13 no longo prazo com um total de 234/240 parcelas vincendas.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido acumulado representou o valor de R$ 76.377.736,15 em 2019 e R$ 83.562.931,40 em 2020. Referem-se aos resultados acumulados desde a criação do Município. O patrimônio líquido recebe valores no encerramento do exercício referente variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e as transferências financeiras concedidas e recebidas, envolvendo operações no nível de consolidação, INTER OFSS União, INTER OFSS Estado e INTER OFSS Municípios.

No grupo do patrimônio líquido, a conta Ajustes de Exercício Anteriores é utilizada apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.

Não houveram ajustes de exercícios anteriores na Entidade Prefeitura, no ano de 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

16 - Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado

Não houve redução ao valor recuperável no ativo imobilizado, no exercício de 2020.

17 - Baixas de investimento

Não houve baixa de investimentos, no exercício de 2020.

18 - Constituição ou reversão de provisões.

A constituição de provisões em 2020 representou o valor de R$ 51.108,00.

Não houve reversão de provisões em 2020.

A demanda judicial no passivo contingente representa R$ 153.000,00 em 31 de dezembro de 2020.

19 - Demais Variações

Variações Aumentativas

Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria

Representam a variação aumentativa do patrimônio pela arrecadação de impostos, taxas ou contribuição de melhoria, e pelo reconhecimento de créditos a receber destes.

Exploração e Venda de Bens e Serviços

Refletem o esforço do Município em geral na prestação de serviços à comunidade com base em preço público estabelecido em lei municipal.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Representam as entradas relativas a juros arrecadados, bem como os rendimentos de depósitos bancários de recursos públicos aplicados em Instituições financeiras.

Transferências e delegações recebidas

Podem ser consolidação, intra ou inter orçamentárias. São as transferências recebidas no exercício, podem ser legais ou voluntárias.

Valorização e Ganhos com ativos e desincorporação de passivos

A Prefeitura obteve R$ 765.062,63 em ganhos com incorporação de ativos, relativo ao recebimento de bens móveis e imóveis, no ano de 2020.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Refletem as demais variações patrimoniais aumentativas não citadas acima, inclusive por reduçãodas despesas com férias e décimo reconhecidas por competência.

Variações Diminutivas

Pessoal e Encargos

Representam a redução do patrimônio da Prefeitura pela assunção da despesa com pessoal, que de acordo com cada área de atuação, produzirá bens ou serviços à comunidade, como a mão de obra de professores, engenheiro, motoristas, operadores de máquinas, assistentes administrativos, agentes políticos entre outros.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Representam os benefícios como aposentadorias e reformas, pensões, benefícios eventuais como auxilio saúde, auxílio funeral e outros.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de capital fixo

Produtos adquiridos como, merenda escolar, material de limpeza, higiene, copa e cozinha, combustível entre outros produtos. Os serviços contratados como seguros, assinaturas, transporte escolar, energia elétrica, coleta de lixo e outros.

Neste grupo também está contabilizado as variações patrimoniais diminutivas com depreciação de bens móveis e imóveis.

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Representam as despesas liquidadas relativas a juros e encargos assumidos, como é o caso dos juros e encargos das operações de crédito contratadas.

Transferências e delegações concedidas

As transferências intra governamentais são operações entre órgãos do mesmo Ente Federativo, como é o caso da Prefeitura com a Câmara de Vereadores, e, Fundo Municipal de Saúde, etc. As transferências inter governamentais em geral representa os recursos que o Município transfere ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. A Prefeitura transfere recursos também a Consórcios Públicos em que o mesmo é consorciado por um interesse em comum. Poderão haver outros tipos de transferências, ambas podendo ser legais ou voluntárias.

Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos

A desvalorização e perda representam a baixa de bens do ativo patrimonial, podendo ser doações, baixa de créditos a receber por ajustes ou cancelamentos, baixa de bens por motivos diversos entre outros.

A incorporação de passivos representa o reconhecimento de um passivo, sendo independente de execução orçamentária.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Refletem as demais variações patrimoniais diminutivas não citadas acima.

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

20 - Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

Não houveram receitas e despesas intraorçamentária, apenas transferências intraorçamentárias:

Entidade concedente	Entidade recebedora	Valor	Finalidade	Ato Legal
Prefeitura	**Fundo Municipal de Saúde**	7.585.127,09	Manutenção de todas as atividades do Fundo Municipal de Saúde	A Lei Municipal nº 2612, 20 de dezembro de 2019 aprovou a Lei Orçamentária 2020
Prefeitura	**Câmara**	2.105.020,51	Manutenção de todas as atividades do Poder Legislativo Municipal	A Lei Municipal nº 2612, 20 de dezembro de 2019 aprovou a Lei Orçamentária 2020
Câmara	**Prefeitura**	1.615.186,37	Devolução dos recursos não utilizados referente duodécimo do exercício	A Lei Municipal nº 2612, 20 de dezembro de 2019 aprovou a Lei Orçamentária 2020

21 - Retenções tributárias

A Prefeitura adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa,pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro,conforme orientações do TCE/SC.

22 - Restos a pagar processados e não processados

O exercício de 2020 iniciou com um montante de R$ 1.547.231,63 em restos a pagar não processados, tendo sido pagos o montante de R$ 1.451.901,89 e cancelados o montante de R$ 95.329,74.

Os Restos a Pagar Processados iniciaram o exercício com saldo de R$ 504.405,41, sendo pago o valor de R$ 504.405,37 e cancelados R$ 0,04 no exercício de 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Tipo de Fluxo	2020	2019	Variação
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	7.744.983,92	4.237.588,80	3.507.395,12
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-5.969.602,56	-2.556.474,29	-3.413.128,27
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	1.013.229,89	773.627,52	239.602,37

23 - Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais compreende os ingressos e os desembolsos relacionados com a ação pública, sendo que no exercício de 2020 apresentou o montante positivo de R$ 7.744.983,92, tendo variação de R$ 3.507.395,12 relativo ao exercício de 2019, o que demonstra que o resultado líquido financeiro (ingressos – desembolsos) foi positivo, aumentando a capacidade de pagamento da entidade, no que tange a atividades operacionais.

24 - Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos. A variação foi de R$ -3.413.128,27 de 2019 para 2020, o que representa uma diminuição no capital circulante líquido da Prefeitura nesse período.

25 -. Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento Inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos, apresentando no exercício de 2020 o montante de R$ 1.013.229,89, tendo uma variação de R$ 239.602,37 de 2019 para 2020, como aumento do capital circulante liquido da entidade. A Prefeitura recebeu R$ 1.356.106,14 em operação de crédito, em 2020 e desembolsou R$ 342.876,25 em pagamentos de financiamentos.

Retenções

A Prefeitura adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa, pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro,conforme orientações do TCE/SC.

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período.

A DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônima e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.

A Prefeitura em 2020, demonstrou alteração do Patrimônio Líquido positiva (credora), passando de R$ 76.377.736,15 em 2019 para R$ 83.562.931,40 em 2.020. Essa alteração refere-se a R$ 7.185.195,25, referente resultado do exercício de 2020.

26 - Capital/Patrimônio Social

O patrimônio social e capital social representam R$ 34.101.983,70, em 31 de dezembro de 2020.

27 - Resultados Acumulados

O resultado do exercício pode ser assim demonstrado:

Variações Patrimoniais Diminutivas	47.068.681,05
Variações Patrimoniais Aumentativas	54.253.876,30
Total	**7.185.195,25**
Patrimônio Líquido Inicial	**76.377.736,15**
Resultado do Exercício	7.185.195,25
Patrimônio Líquido Final	**83.562.931,40**

28 - Ajustes dos exercícios anteriores

Não houveram ajustes de exercícios anteriores na Entidade Prefeitura, no ano de 2020.

29 - Ajustes de avaliação patrimonial

Não houveram Ajustes de Avaliação Patrimonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas atendendo a Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1.964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme exigências do Tribunal de Contas de Santa Catarina, TCE/SC.

Itá, SC, 09 de fevereiro de 2021

JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal
CPF: 182.652.199-20

ELTON JOSE THOMAS
Contador CRC/SC 019.277/O-9
CPF: 687.541.759-68